

patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os saldos dos atos potenciais ativos e passivos e o superávit ou déficit financeiro.

**2.4.1 Caixa e Equivalente de Caixa** – O valor de R\$ 10.173.634,62 é composto por valores aplicados em Fundo de Investimento, renda fixa e renda variável.

**2.4.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** – Este item do balanço patrimonial, que até o exercício de 2019, vinha apresentado separadamente de Créditos a Curto Prazo, passou a fazer parte destes. Com isso, o saldo do exercício anterior de Créditos a Curto Prazo passou a somar o valor de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, também, valor registrado de R\$ 16.509,87 se refere a valor de alienação de bens móveis, no valor de R\$ 8.509,87 e Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 8.000,00 a ser prestado contas no exercício seguinte.

**2.4.3 Estoque** – Representa o estoque de material a curto prazo, adotando-se o reconhecimento pelo procedimento periódico, ou seja, o saldo final, valor registrado no final do exercício de 2021 foi de R\$ 68.929,66

**2.4.4 Imobilizado** - O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do Imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros.

a. Composição dos bens móveis:

A composição do ativo imobilizado em bens móveis no exercício de 2021 restou alocada nos seguintes grupos:

Bens Móveis

GRUPOS DE BENS	VALOR (R\$)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	264.314,69
Bens de Informática	1.054.727,06
Móveis e Utensílios	334.757,69
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	21.817,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.675.616,44</b>



b. Depreciação

Os procedimentos para registro de depreciação no Poder Executivo, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, LC nº 100/2000, as NBCASP e o MCASP. A metodologia aplicada para os cálculos da depreciação se dá através do Sistema Ajuri, administrado pela SEAD, valor da depreciação acumulada registrada no balanço foi de R\$ 382.580,01

c. Bens Imóveis

Registrado o valor de R\$ 611.631,00 correspondente a imóveis de propriedade da Junta Comercial do Estado do Amazonas.

**2.4.5 Provisões a Curto Prazo**

Registra-se nesta conta valores a serem empenhados no exercício seguinte, classificado como despesas de exercícios anteriores, somando o valor de R\$ 4.627,07 sendo: Claro S/A. R\$ 4.382,06 e SAAE R\$ 245,01

**2.4.6 Patrimônio Líquido:**

**a. Resultados Acumulados:**

Houve decréscimo no saldo de Resultados acumulados em comparação com o ano anterior, influenciado pelo resultado patrimonial do exercício, em razão de as variações patrimoniais diminutivas terem sido superiores às aumentativas.

**2.4.7 Demonstrativo do Superavit/Deficit Financeiro:**

Corresponde à diferença entre o ativo financeiro no valor de R\$ 10.182.144,49 e o passivo financeiro de R\$ 41.612,09, resultando no total de R\$ 10.140.532,40, que está demonstrado conforme destinação de recursos no quadro do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial.

**2.5 Demonstração das Variações Patrimoniais:**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da JUCEA durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Salientamos que a DVP não segue a mesma classificação orçamentária, portanto, em algumas situações, a comparação entre a execução orçamentária (receitas e despesas) e as variações patrimoniais, pode não haver equivalência.



## 2.6 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Em relação ao demonstrativo em análise, apresentamos as seguintes notas explicativas:

### 2.6.1 Outras Receitas Derivadas e Originárias

O detalhamento das receitas derivadas e originárias apresentado à parte do quadro principal até o exercício de 2019, passou a integrar o rol de ingressos dos fluxos de caixa das atividades operacionais. Com isso, os saldos de exercício anterior das referidas receitas, na DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2021, estão representados de acordo com o quadro, e correspondem ao total de Receitas Derivadas e Originárias apresentado no demonstrativo exercício de 2021.

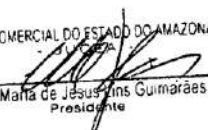
#### Quadro de Receitas Derivadas e Originárias – 2021

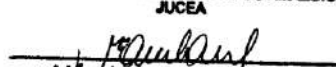
Receitas de Serviços	R\$	13.409.469,53
Remuneração das Disponibilidade	R\$	463.580,63
Outras Receitas Derivadas e Originárias	R\$	16.378,27
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>13.889.428,43</b>

### 2.6.2 Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

Os valores apresentados nestes itens, em sua maior parte, referem-se a valores de obrigações restituíveis a curto prazo, tais como, consignações e depósitos de terceiros de diversas origens.

Manaus, 30 de dezembro de 2021

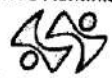
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS  
  
 Dra. Maria de Jesus dos Guimarães  
 Presidente

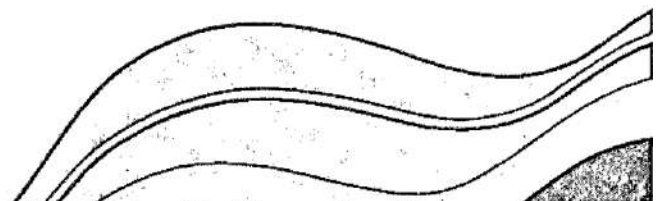
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS  
 JUCEA  
  
 Márcia Lopes Barroso  
 Diretora Administrativa e Financeira

  
 Lênio Abreu Lima  
 CPF: 046.856.792-53  
 Contador CRC-AM 007764/0-5

Rua Cuiabá, 543 – Nossa  
 Senhora das Graças

Fone: (92) 3212-4150  
 Manaus-AM  
 CEP: 69053-490

**JUCEA**   
 JUNTA COMERCIAL DO  
 ESTADO DO AMAZONAS



### PARECER TÉCNICO

**CONSIDERANDO** o disposto no inciso I do art. 2º da Resolução nº 05, de 22/2/1990, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, apresentamos Parecer da execução orçamentária e financeira do **exercício de 2021**.

O orçamento para o exercício financeiro de 2021, foi aprovado pela Lei nº 5.365, de 30/12/2020, estimou a receita e fixou a despesa da Unidade Gestora: 016201 – JUNTA COMERCIAL DO AMAZONAS.

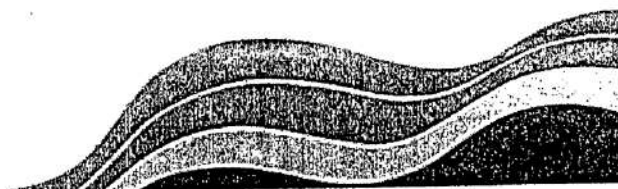
#### Despesa Orçamentária:

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Demonstramos nos quadros abaixo, os valores das despesas fixadas, as alterações orçamentárias ocorridas, as despesas autorizadas e executadas, no decorrer do **exercício de 2021**.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
DOTAÇÃO INICIAL	11.009.000,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	15.919.151,16
REDUÇÕES(-)	6.602.262,52
<b>TOTAL</b>	<b>20.325.888,64</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





**Comparativo da despesa autorizada com a realizada, por categoria econômica.**

CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Atualizada(R\$)	Execução (R\$)	Diferença (R\$)
PESSOAL E ENCARGOS	5.000.000,00	4.540.007,39	459.992,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.568.636,64	10.875.710,17	3.692.926,47
INVESTIMENTOS	757.252,00	757.252,00	0,00
<b>Total</b>	<b>20.325.888,64</b>	<b>16.172.969,56</b>	<b>4.152.919,08</b>

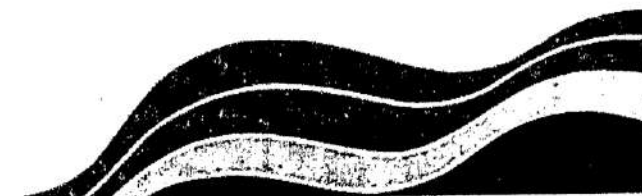
Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

**Do Financeiro:**

De acordo com a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias e também as de natureza extraorçamentária, conjugadas com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, bem como o saldo transferido para o exercício seguinte.

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Receita Orçamentária	13.889.428,43	Despesa Orçamentária	16.172.969,56
Transferências Financeiras Recebidas	168.011,49	Transferências Financeiras Concedidas	2.960.938,00
Recebimento ExtraOrçamentários	5.083.169,72	Pagamento ExtraOrçamentários	2.324.684,56
Saldo do Exercício Anterior	12.491.617,10	Saldo para o Exercício Seguinte	10.173.634,62
<b>Total</b>	<b>31.632.226,74</b>	<b>Total</b>	<b>31.632.226,74</b>

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI





**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei n.º 5.365, de 30 de dezembro de 2020, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

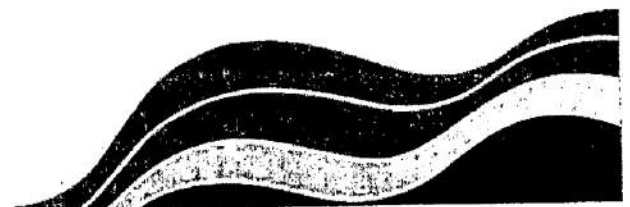
Considerando que a contabilidade deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.

Por fim, as demonstrações contábeis representam adequadamente o equilíbrio das receitas e despesas, no **exercício de 2021**.

Manaus, 25 de março de 2022

ROSIMEIRE	Assinado de forma
PAZ DA	digital por ROSIMEIRE
SILVA:507884	PAZ DA
00282	SILVA:50788400282
	Dados: 2022.03.25
	12:20:48 -04'00'

**ROSIMEIRE PAZ DA SILVA**  
**Analista Técnico da Despesa**  
**GAED/DATEC/SET/SEFAZ**





**DO: Vogal da 1ª TURMA, Representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas**

**PARECER DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021**

**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

**PARA: Colegiados de Vogais**

Senhores Vogais,

Com base na Legislação e cumprindo as exigências no que dispõe os artigos 74 e 168 da Constituição Federal de 1988 em conformidade com a Lei nº 4.320 de 17/03/1964 e suas posteriores regulamentações, bem como, em atendimento a Resolução nº 04 de 16/03/2016 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Amazonas TCE/AM, opinamos pela aprovação do Balanço Patrimonial, Financeiro, Orçamentário e seus respectivos Relatórios da Junta Comercial do Estado do Amazonas-JUCEA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

É O PARECER

Manaus, 23 de março de 2022



CARLOS ALBERTO M. DE AZEVEDO

Vogal Relator, Representante da  
FIEAM – Federação das Indústrias do Estado do Amazonas